



ESTADO SOCIAL

# DE TODOS PARA TODOS

ORGANIZADORES

Renato Miguel do Carmo e André Barata

AUTORES

André Barata, André Carmo, Frederico Cantante,  
Hugo Mendes, João Ferrão, Jorge Malheiros,  
José Luís Albuquerque, Luís Bernardo,  
Manuela Silva, Nuno Serra, Pedro Abrantes,  
Renato Miguel do Carmo, Tiago Correia

L I S B O A :

TINTA-DA-CHINA

M M X I V



CONGRESSO  
DEMOCRÁTICO DAS ALTERNATIVAS  
RESGATAR PORTUGAL PARA UM FUTURO DECENTE

© 2014, André Barata, Renato Miguel do Carmo  
e Edições tinta-da-china, Lda.  
Rua Francisco Ferrer, 6A  
1500-461 Lisboa  
Tels: 21 726 90 28/29/30  
E-mail: info@tintadachina.pt  
www.tintadachina.pt

Título: *Estado Social: De Todos para Todos*  
Organização: Renato Miguel do Carmo e André Barata  
Autores: André Barata, André Carmo,  
Frederico Cantante, Hugo Mendes, João Ferrão,  
Jorge Malheiros, José Luís Albuquerque,  
Luís Bernardo, Manuela Silva, Nuno Serra,  
Pedro Abrantes, Renato Miguel do Carmo,  
Tiago Correia  
Revisão: Tinta-da-china  
Composição: Tinta-da-china  
Capa: Tinta-da-china (Vera Tavares)

1.ª edição: maio de 2014

ISBN 978-989-671-210-5

Depósito Legal n.º 373565/14

# Índice

Introdução:	
O Estado social não é gordura, é músculo <i>André Barata   Renato Miguel do Carmo</i>	9
Conceber o Estado social <i>André Barata</i>	
Entendimentos e desentendimentos do Estado social	23
Motivos para querer mais Estado social	30
Perceber as razões do Estado social	38
A confiança	44
Educação:	
Os avanços num caminho ainda a percorrer <i>Frederico Cantante   Nuno Serra   Pedro Abrantes   Renato Miguel do Carmo</i>	
Introdução	51
A escola pública e a escolarização da população portuguesa	52
Portugal gasta muito em educação?	62
Os benefícios da educação na economia e na sociedade portuguesa	67
O programa de ajustamento e a regressão em educação	75
Restaurar e melhorar o sistema público de educação	80
A saúde pública como investimento social <i>Luís Bernardo   Manuela Silva   Tiago Correia</i>	
Introdução	91
Evolução e conquistas	92
Investimento necessário com retorno	100

Clarificando alguns argumentos	101	O Estado social como projeto de sociedade	
Caminhos futuros da saúde em Portugal:		<i>Renato Miguel do Carmo</i>	
entre a manutenção e a substituição do SNS	104	O modelo do Estado social e a remercadorização	201
Em suma: a defesa do SNS porque...	109	O que dizem os números: é a demografia, estúpido!	208
Austeridade e epidemiologia: uma aproximação	110	A alternativa: qualificação, redistribuição	
Necessidade de adaptação às determinantes		e «desprivatização»	213
sociais em saúde	119		
Algumas linhas de orientação: o caso da saúde mental	124	Anexo: «Resolução da Conferência	
		Vencer a Crise com o Estado Social	
Segurança Social:		e com a Democracia»	221
As pensões como retribuição do trabalho		O Estado Social que queremos	230
e como responsabilidade solidária		Derrotar a austeridade para vencer a crise	240
<i>Hugo Mendes   José Luís Albuquerque</i>			
Introdução	135	Notas Biográficas	243
A evolução da despesa social pública	136		
Despesa com pensões	139		
Contexto internacional de reformas	142		
Resultados: impacto sobre as desigualdades e a pobreza	147		
A importância das prestações não-contributivas	153		
Medidas de política no contexto			
do programa de ajustamento	158		
Desafio(s) e propostas	161		
Geografias do Estado social:			
Reorganização territorial, habitação e urbanismo			
<i>André Carmo   João Ferrão   Jorge Malheiros</i>			
Introdução	167		
Neoliberalização em Portugal: uma agenda ideológica			
sem um projeto político explícito, global e coerente?	168		
A agenda da Big Society no Reino Unido:			
o que podemos aprender com ela?	171		
O neoliberalismo em perspetiva	177		
Reorganização territorial do Estado	179		
As questões da habitação e do urbanismo	186		
Para uma visão alternativa: orientações e propostas	192		

## Introdução: O Estado social não é gordura, é músculo

André Barata | Renato Miguel do Carmo

Os portugueses sabem que a edificação do Estado social foi o maior investimento que Portugal fez, em democracia, para a fundação dos alicerces de um futuro nacional autónomo e digno. Em vez do país assolado, em 1974, por pobreza e analfabetismo, três escolhas nacionais – liberdade, uma democracia política e uma Constituição justa – deram a Portugal um desígnio de coesão social e modernidade. A universalização do sistema educativo e do Serviço Nacional de Saúde e o crescimento do Estado-providência em todas as suas dimensões garantiram aos portugueses melhor qualidade de vida e melhores instrumentos para enfrentar os desafios de um futuro exigente no quadro da integração europeia.

Imaginemos o que teria sido o país nestes últimos 40 anos, sem o desenvolvimento e o aprofundamento dos sistemas e das funções sociais do Estado. Viveríamos ainda hoje num país subdesenvolvido em muitos setores da sociedade e da economia. Desde logo, não teríamos atingido os níveis de desenvolvimento humano que nos põem no escalão dos países mais ricos e detentores de níveis elevados de bem-estar social. A este respeito, verifica-se que a construção do Estado social em Portugal teve, desde 1974, um impacto muito positivo numa série de indicadores.

As progressões extraordinárias verificadas no aumento da esperança média de vida, na diminuição drástica da taxa de mortalidade infantil, no incremento da taxa de escolarização, são exemplos bem representativos do avanço civilizacional que o país conheceu nestas últimas quatro décadas. O mesmo se pode dizer sobre a capacidade de cobertura dos sistemas, que permitiram um acesso generalizado à educação, à saúde e à segurança e proteção social.

Não fora este avanço extraordinário, viveríamos ainda hoje num país em que muitas mães não teriam possibilidade de ser devidamente acompanhadas no seu período de gestação e maternidade. Teríamos muitos bebés que passariam o primeiro ano de vida sem direito a uma única consulta de pediatria, aumentando assim o risco de doença e de mortalidade infantil. Teríamos muito mais crianças a entrar pela primeira vez no sistema escolar aos seis anos, sem nunca passarem pelo ensino pré-escolar. Teríamos menos escolas e escolas mais mal apetrechadas, compostas por turmas gigantes e com poucos professores. Teríamos uma escolaridade obrigatória de apenas quatro ou seis anos. Teríamos somente uma pequena minoria de jovens, a maior parte deles proveniente das famílias mais ricas, a aceder ao ensino superior. Teríamos um país mais iletrado. Praticamente não teríamos investigadores doutorados, nem um sistema científico digno desse nome. Teríamos pouquíssimas empresas inovadoras com capacidade de investir no capital humano saído das universidades. Teríamos menos hospitais e hospitais com menor número de profissionais qualificados. Teríamos mais pessoas doentes e a morrer com uma idade média mais jovem. Teríamos um país menos he-

terogéneo e sem capacidade de atrair população imigrante, onde os mais jovens e capazes não cessariam de emigrar em massa. Em suma, teríamos um país condenado ao seu peregrino atraso económico, social e humano.

Mas, felizmente, a história das últimas quatro décadas está longe de corresponder a este triste retrato. Pelo contrário, apesar de inúmeros contratemplos e de muitas dificuldades, este período representa uma história de sucesso, que, em grande medida, corresponde à história da intervenção do Estado social em Portugal. Uma história que se conta lá fora e se sentiu cá dentro como enorme salto de modernidade, num intervalo de tempo que não foi além do esperado para metade de uma vida humana. Nesse intervalo de tempo, a esmagadora maioria das vidas dos cidadãos nacionais melhorou mais do que em séculos. Esta constatação é particularmente evidente nas regiões do país onde a interioridade fazia da modernidade uma imagem tão vaga e distante quanto a simples possibilidade de, um dia, se vir a conhecer como é o mar.

É, pois, preciso corrigir a ideia de que o Estado social português tem sido um peso para a sociedade, ou ainda de que atrapalha e inibe a iniciativa privada. Quando se divulgam os indicadores de desenvolvimento económico, social e cultural em Portugal, os dados apresentados são os que resultam mais diretamente da intervenção do Estado social. Foram também esses os indicadores da construção de um ambiente socioeconómico propício a uma iniciativa privada mais capaz. A demonstração porventura mais cabal de que o Estado social não atrapalha nem inibe a iniciativa privada encontra-se nas atitudes ambivalentes que não raro

levam a mesma iniciativa privada que acusa o Estado social de despesismos e ineficiências de toda a ordem a desejar herdar a capacidade instalada do Estado social, por exemplo no plano da rede escolar, para nela apenas alterar substancialmente os aspetos relacionados com a mercadorização do ensino e a segurança dos vínculos laborais. A atratividade que o património do Estado social exerce sobre a iniciativa privada revela que o visado é muito menos a eficiência do Estado social, afinal ainda um bom negócio, do que os valores que lhe subjazem.

E que valores são os do Estado social em Portugal? Com a aposta no Estado social, Portugal percebeu coletivamente que o seu mais importante recurso era também a sua finalidade: as próprias pessoas, enquanto cidadãos exigentes e enquanto trabalhadoras qualificadas e emancipadas.

O Estado social que foi pensado e que está na Constituição é universal e solidário. Significa o investimento numa escola pública, concebida para todos – pobres, remediados e ricos. Ou num Serviço Nacional de Saúde também concebido com cobertura e qualidade suficientes para que possa ter todos os cidadãos nacionais como seus utentes. Isto é o Estado a fazer da sociedade uma comunidade, pois os cidadãos nacionais são ligados não só por uma bandeira e uma língua, mas também pelos espaços públicos comuns que frequentam, tendo a escola pública a enorme importância de ser o primeiro desses espaços frequentado quotidianamente pela população. Mas é também o Estado a fazer do território nacional uma comunidade, ao contrariar as lógicas concentracionistas, procurando que os seus equipamentos sociais sejam uma base para polos de

desenvolvimento descentralizados, no quadro de um desenvolvimento territorial equilibrado. E é ainda o Estado a comprometer-se com a sociedade, pela convicção de que uma sociedade menos desigual, onde a todos estejam razoavelmente garantidas à partida as mesmas oportunidades de realização, é uma sociedade melhor.

Em face destes valores, torna-se claro que o objetivo primordial do Estado social é a redução das desigualdades económicas e sociais e o conseqüente alargamento e aprofundamento das oportunidades de vida. Deste objetivo resultam os três princípios gerais que estão na base da orgânica e da lógica de funcionamento de sistemas tão diferenciados como o Serviço Nacional de Saúde, a educação e a segurança social públicas: a) a «desmercadorização», que significa a capacidade de proteger as pessoas das incertezas e das imponderabilidades geradas pelos mercados; b) a «universalidade», que se manifesta na ampla cobertura dos sistemas e no acesso generalizado aos serviços públicos; c) a «capacitação», que significa o incremento das competências e dos níveis de qualificação da população jovem e adulta, de forma a proporcionar uma efetiva e profícua inserção e/ou consolidação profissional. Ou seja, um *Estado social para todos* e, para isso, também um *Estado social de todos*, constituído e administrado à margem da lógica do mercado.

O Estado social materializou grande parte do que podemos chamar o projeto português pós-25 de Abril. Ao cabo de quase quatro décadas, este projeto nacional continua válido e, em muitos aspetos, ainda por cumprir, como atestam a pobreza persistente, a elevada desigualdade e a escassa mobilidade social que condicionam a sociedade

portuguesa. A construção do Estado social em Portugal é, por isso, um processo inacabado. Por um lado, persiste um conjunto de problemas sociais ainda não plenamente resolvidos e que carecem do incremento de políticas económicas e sociais mais direcionadas e focalizadas. Desde logo se salienta o facto de Portugal continuar a ser uma sociedade muito assimétrica, detendo níveis de desigualdade de rendimento acima da média da UE. Ao mesmo tempo que se progrediu na redução do risco de pobreza (após as transferências sociais), constata-se que este continua a afetar os grupos mais vulneráveis: designadamente, crianças, idosos, famílias monoparentais, entre outros. Para além destes, um outro défice que se mantém na sociedade portuguesa, apesar dos avanços consideráveis, relaciona-se com o nível de escolarização da população, que continua a ser dos mais baixos da Europa, sobretudo no que concerne às pessoas com mais de 34 anos.

Paralelamente, verifica-se que em Portugal os dados referentes à confiança generalizada nas pessoas e também nas instituições indicam recorrentemente valores abaixo da média europeia. A confiança é um elemento central para o incremento da coesão social e pode ser em parte consolidada pelo Estado, por duas vias distintas mas complementares: o aprofundamento da universalização da cobertura dos sistemas e dos serviços de proteção social e a criação e generalização de serviços de proximidade, capazes de mediar uma boa relação entre as comunidades e as diversas instituições e agências públicas. É por esta via que se incentiva a prática de cidadania e de participação das populações, em prol do bem público.

A estas fragilidades vêm-se somar outros riscos que se tornaram ainda mais determinantes devido ao impacto da atual crise económico-financeira. À cabeça surge com particular ênfase a evolução galopante do desemprego, situação que é verdadeiramente singular em Portugal desde, pelo menos, os anos 1980. Trata-se de um enorme problema, com consequências imprevisíveis nos níveis de coesão social, dado que uma parte considerável dos desempregados deixou de ter qualquer apoio financeiro do Estado. O outro risco é de ordem demográfica e deriva, por um lado, do contínuo envelhecimento da população portuguesa e, por outro, do aumento substancial dos fluxos emigratórios de população em idade ativa. Estes dois fatores conjugados representam uma forte pressão sobre os equilíbrios do sistema produtivo e sobre a sustentabilidade do atual sistema de segurança social. Um terceiro risco, que se vem agravando desde o início da última década, deriva dos baixos níveis de produtividade da economia portuguesa, dado que, a prazo, estes podem comprometer ainda mais a capacidade de a nossa economia criar novos empregos.

Mas é precisamente este Estado social, cuja realização permanece tão inacabada, este intento nacional congénito à escolha pela democracia, que hoje se encontra ameaçado. Sob a tutela de um resgate financeiro que tem servido de justificação a uma deslealdade constitucional continuada, são postas em causa as vantagens e finalidades do Estado social. Atribuem-se-lhe responsabilidades sobre défices e dívidas públicas, no contexto de uma crise que lhe é fundamentalmente alheia. Urge, por isso, destrinçar, como o trigo do joio, entre os desafios contemporâneos relacionados com



a economia do Estado social e a sua sustentabilidade, de um lado, e, do outro, a dramática absorção do nosso Estado social pelo colapso voraz da economia nacional. Se atentarmos à economia do Estado social, o que verificamos é uma convergência progressiva, mas que ainda não foi atingida, com os valores médios da União Europeia. Aproximamo-nos progressivamente dos custos que a Europa tem com o Estado social. E o benefício tem sido bem superior ao da média europeia. Se fizermos uma análise custo-benefício em termos suficientemente abrangentes, e mau grado todas as ineficiências corrigíveis, o que se verifica é que em Portugal os benefícios sociais e económicos proporcionados pelo Estado social têm sido, sob uma perspectiva comparativa, muito superiores aos custos relacionados com a afetação de recursos à sua sustentabilidade.

Se foi o mais importante transformador da sociedade portuguesa das últimas décadas e ainda está longe de ter alcançado os fins de uma sociedade mais justa e com melhor qualidade de vida, por que razão surge então, desde os últimos anos, uma ameaça tão grave à sustentabilidade do Estado social? Em primeiro lugar, é preciso dizer que a ameaça é real, simplesmente porque o Estado social não é imune aos problemas da economia em que está implantado e às políticas que nela se repercutem. O alfa e o ómega da sustentabilidade económica do Estado social jazem inteiramente na viabilidade da economia nacional em que está implantado. A saúde daquela repercute-se diretamente no financiamento do Estado social. O aumento acentuado do desemprego, por exemplo, significa um aumento dos custos de despesa social e também diminuições das con-

tribuições para o Estado social. Com a emigração maciça de jovens qualificados, além de se perder a ilusão de que o mérito seria recompensador, perde-se também um investimento de largos milhares de milhões de euros. Quer do ponto de vista das contribuições, quer do ponto de vista das receitas, a política de austeridade que vivemos em Portugal desde pelo menos 2011, cortando as oportunidades, está a cortar as bases de financiamento do Estado social. Portanto, o problema urgente com que o país se debate são as consequências da política de austeridade sobre a economia nacional e, por arrasto, o Estado social, e não o contrário. Nada justifica, com seriedade, a imputação de responsabilidades ao Estado social, que, com frequência, se ouve entre representantes e decisores políticos da área ideológica que tem governado o país desde 2011.

Certo é que, pelo viés de um memorando de entendimento que pugna pela refundação minimalista do Estado social, a governação atual se propõe dismantlar o património mais importante da democracia portuguesa. O argumento que mais vemos explanado é o de que, como podem pagar serviços, os ricos não devem poder recorrer ao Estado social. Argumento que depressa se estende à classe média mais ou menos remediada. E o que significa isto? Empobrecer a qualidade do Estado social, criar mercado para a iniciativa privada e trespassar capacidades instaladas para detentores de capital, que, aplicando-o, têm por objetivo o lucro. Esconde-se, pois, sob a superfície de uma crítica neoliberal às ineficiências do Estado social, uma tentativa neoliberal de apropriação das áreas mais sustentáveis e até rentáveis do Estado social, deixando à responsabilidade

dos poderes públicos as áreas de intervenção com pouca ou nenhuma rendibilidade, ou seja, e no fim das contas, o ónus de uma insustentabilidade que acaba por assim se confirmar.

Por isso, entre o Estado social para todos, universal e solidário, e o mero assistencialismo não há uma posição intermédia. O primeiro apenas pode ser sustentável enquanto preservar uma condição digna e aceitável para todos; o segundo, pelo contrário, para não ser insustentável só poderá ser miserabilista.

Os portugueses sabem quanto perderiam sem o Estado social para todos, ou mesmo se ficassem limitados a um Estado social de amparo. Sabem sobretudo porque conhecem bem as maneiras como a população em geral dele beneficiou nas últimas décadas. E sabem também que pouca democracia lhes sobrar se não lhes valer este Estado social. A continuidade do Estado social implica a própria continuidade do regime de Portugal.

Este é o quadro geral grave que suscitou e conduziu a *Conferência Vencer a Crise com o Estado Social e com a Democracia*, organizada pelo Congresso Democrático das Alternativas a 11 de maio de 2013 no Fórum Lisboa, e que contou com a participação de mais de meio milhar de pessoas inscritas, além de organizações políticas, sociais e sindicais. A conferência debateu e aprovou uma resolução (ver anexo) cujas conclusões apontam no sentido de uma denúncia cabal do programa de desmantelamento do Estado social em curso, reiterando-se a carência, a exequibilidade e a vontade informada de um projeto de sociedade assente no Estado social:

Portugal e os portugueses carecem de um Estado social fundado num contrato social estável, robusto e com futuro, devidamente consagrado na Constituição da República Portuguesa, expressão mais forte do nosso projeto de sociedade.

Em torno dos valores do Estado social há lugar para uma ampla convergência. O atual quadro de incerteza e degradação económica, social e política, reforça a necessidade de uma conjugação de vontades que assegure a estabilidade, o financiamento e o futuro das funções sociais do Estado, tornando-o menos dependente de políticas orçamentais de conjuntura, de interesses particulares e derivas ideológicas passageiras.

Na preparação e realização desta conferência foram abordadas questões a partir de duas grandes dimensões de análise. Por um lado, as implicações da corrosão do Estado social sobre o futuro do Estado de direito e democrático português. Por exemplo, que direitos socioeconómicos e culturais são imprescindíveis à continuidade do Estado de direito democrático? Que princípios e valores devem ser constitutivos do Estado social, em vista da construção de uma sociedade livre, justa e solidária? Estas são questões que perspetivam a ameaça ao Estado social como uma verdadeira ameaça à continuidade do regime.

Por outro lado, abordou-se um vasto conjunto de questões relacionadas com a organização e a economia do Estado social. Por exemplo, em que é que o Estado social não tem, no fundamental, que ver com a crise financeira económica que atinge Portugal? Em que é que as bases do

## Derrotar a austeridade para vencer a crise

Para vencer a crise com o Estado Social e com a Democracia é preciso pôr travão à austeridade. A continuação da austeridade em nome do défice e da dívida põe em risco o Estado Social e compromete o nosso futuro coletivo enquanto comunidade política dotada de capacidade para fazer escolhas e determinar o seu futuro.

Para travar a austeridade é preciso denunciar o memorando, auditar, renegociar e reestruturar a dívida, se necessário suspendendo o pagamento de juros e da dívida durante a negociação. É preciso impedir a ilegítima transferência de recursos públicos para negócios privados e exercer controlo público sobre a atividade bancária. É precisa uma governação que saiba defender com firmeza os interesses e os recursos nacionais perante os credores e a União Europeia, usando todos os direitos e as prerrogativas que a condição de membro confere a Portugal. Ou seja, que não aceite uma União Europeia sem democracia e continue a bater-se por uma Europa que aposte no Estado Social. Que assuma a necessidade de uma avaliação das condições da participação de Portugal numa união económica e monetária e numa moeda única que foi concebida à medida dos interesses de alguns, não de todos, os países da União Europeia.

Para vencer a crise com o Estado Social é preciso, no imediato, travar o corte de milhares de milhões de euros no Estado, impedir o despedimento de dezenas de milhares de funcionários públicos que pretendem compensar com aumento do horário de trabalho, combater o aumento da idade de reforma e os novos cortes nas reformas nas suas várias modalidades.

Para vencer a crise com o Estado Social, o Congresso Democrático das Alternativas associa-se ao protesto popular que exige a demissão do governo e a consulta às portuguesas e aos portugueses em eleições antecipadas, defendendo que desse sufrágio deve resultar uma alternativa política confiável. Também se associa aos movimentos que à escala europeia defendem uma Europa comprometida com a democracia e a justiça social. As políticas de austeridade resultando de dinâmicas globais exigem não só respostas políticas nacionais como internacionais.

A alternativa política, para o ser, precisa de vencer bloqueios e valorizar convergências. Deve reforçar o Estado Social e deve mobilizar os seus recursos para a recuperação da economia e da sociedade e para promover o desenvolvimento sustentável.

A Conferência *Vencer a Crise com o Estado Social e com a Democracia* é um contributo cidadão e plural para afirmar a necessidade e a centralidade política do Estado Social na construção das alternativas políticas à austeridade e ao empobrecimento do país. Será compromisso do Congresso Democrático das Alternativas, organizador da Conferência, levar estas ideias, propostas e conclusões a toda a sociedade e prosseguir, com o contributo de todos quantos participaram neste debate, o movimento aqui iniciado.

## NOTAS BIOGRÁFICAS

André Barata, filósofo, com doutoramento em Filosofia Contemporânea pela Universidade de Lisboa, é professor da Universidade da Beira Interior (UBI), onde dirige o mestrado em Ciência Política. É investigador integrado do Instituto de Filosofia Prática em Portugal e do Laboratório de Filosofia Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro. É autor de vários livros, entre os quais *Primeiras Vontades – Da liberdade política para tempos áridos* (Documenta, 2012). Editou também *Representações da Portugalidade* (Caminho, 2011).

243

André Carmo tem o grau de *MSc in Modernity, Space and Place* do University College London. É investigador no Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa e ativista do Habita – Colectivo pelo Direito à Habitação e à Cidade.

Frederico Cantante, licenciado em Sociologia e Planeamento e em Direito, é assistente de investigação do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL) e membro da equipa permanente do Observatório das Desigualdades. Tem vindo a trabalhar nos últimos anos na área das desigualdades económicas e sociais, campo de investigação no qual está a desenvolver a sua tese de doutoramento.

Hugo Mendes é licenciado em Sociologia pelo ISCTE. Fez estudos doutorais na Universidade de Warwick, no Reino Unido. É assessor do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia da República, na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública. É investigador do CESNOVA, da Universidade Nova de Lisboa. Foi assessor da ministra da Educação do XVII Governo e assessor do secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro no XVIII Governo. É coautor do blogue *Jugular*.

José Luís Albuquerque, licenciado em Economia pelo ISEG, com trabalhos entre 1990 e 2005 no CISEP, ingressou no então Departamento de Estudos e Planeamento do MESS em 1995, tendo ocupado diversos cargos, como chefia intermédia e dirigente superior entre 1999 e 2012. Participa no Congresso Democrático das Alternativas e é colaborador do Observatório sobre Crises e Alternativas do CES.

João Ferrão é geógrafo e investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É especialista em ordenamento do território e desenvolvimento regional. Foi secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades. É atualmente pró-reitor da Universidade de Lisboa, com o pelouro «sociedade e comunidades locais».

Jorge Malheiros é geógrafo e investigador do Centro de Estudos Geográficos do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, onde também desempenha as funções de professor associado. Trabalha nas áreas dos estudos sociourbanísticos, da habitação e das migrações internacionais.

Coordenou projetos de investigação nestes domínios, é membro do comité editorial do IMISCOE-Amsterdam University Press (Migration) e correspondente português do SOPEMI da OCDE.

Luís Bernardo é mestre em Política Comparada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e doutorando em Sociologia na Universidade Humboldt de Berlim. Atualmente, desenvolve investigação sobre diversidade religiosa em contexto hospitalar, políticas sociais em perspetiva comparada e o impacto da austeridade nos processos políticos da Europa do Sul.

Manuela Silva é médica psiquiatra no Centro Hospitalar Lisboa Norte/Hospital de Santa Maria. É assistente convidada de Psiquiatria e Saúde Mental na Faculdade de Medicina de Lisboa e doutoranda na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, onde concluiu o Mestrado Internacional em Política e Serviços de Saúde Mental. É investigadora no Centro de Estudos de Doenças Crónicas da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa. É *project manager* da Gulbenkian Global Mental Health Platform.

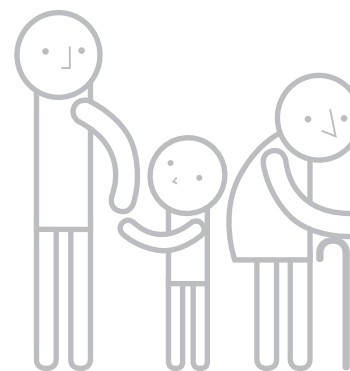
Nuno Serra é geógrafo e doutorando na Faculdade de Economia/Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, no Programa de Doutoramento em Governança, Conhecimento e Inovação. Publicou, entre outras obras, *Estado, Território e Estratégias de Habitação* (Quarteto, 2002), sendo coautor de *A Crise, a Troika e as Alternativas Urgentes* (Tinta-da-china, 2013) e coordenador, com José Soeiro e Miguel Cardina, de *Não Acredite em Tudo o Que Pensa: Mitos do senso comum na era da austeridade* (Tinta-da-china, 2013). É técnico superior na Santa

Casa da Misericórdia de Lisboa e coautor do blogue Ladrões de Bicicletas.

Pedro Abrantes é sociólogo doutorado pelo ISCTE-IUL. É atualmente professor da Universidade Aberta, investigador do CIES-IUL e coordenador da Secção de Sociologia da Educação da Associação Portuguesa de Sociologia. Tem trabalhado como professor e investigador, sobretudo nos temas da educação, juventude e desigualdades sociais.

Renato Miguel do Carmo é sociólogo e, atualmente, investigador auxiliar do CIES-IUL e do Observatório das Desigualdades. É autor de diversos livros e artigos, versando principalmente as temáticas das desigualdades sociais e territoriais, estudos rurais e urbanos, globalização, mobilidade espacial e capital social. Tem publicado artigos em diversas revistas de circulação internacional. Recentemente, organizou os seguintes livros: *Portugal, Uma Sociedade de Classes: Polarização Social e Vulnerabilidade* (Edições 70/Le Monde Diplomatique, 2013); com Luísa Veloso, *A Constituição Social da Economia* (Mundos Sociais, 2012).

Tiago Correia é sociólogo e doutorado pelo ISCTE-IUL, com pós-doutoramentos pela Universidade de Montreal e pela Universidade McGill. Desempenha atualmente funções como investigador e professor no ISCTE-IUL, em diversas áreas relativas à saúde, nomeadamente políticas, profissões e organizações.



ESTADO SOCIAL

## DE TODOS PARA TODOS

foi composto em caracteres Hoefler Text e Avant Garde Gothic e impresso pela Guide, Artes Gráficas, sobre papel Coral Book de 90 g, numa tiragem de 1500 exemplares, no mês de abril de 2014.

